

Memorando 2- 812/2024

De: Jary A. - PRE-COO-PR

Para: -

Data: 22/05/2024 às 17:09:06

Setores envolvidos:

PRE-COO-SEC, PRE-COO-PR, CCJ, CEDUC

PLO 48/2024

Em primeiro momento analisamos a competência quanto a esfera de poder (União, Estado ou Município) para proposição do referido Projeto de Lei, e, portanto, cumpre dizer que este Projeto tem a utilização legítima da competência legislativa disposta para os Municípios citada no inciso I, do art. 30, da CF/88.

Também verificamos que a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, ao tratarem das competências privativas de iniciativa legislativa, assim como a Constituição Federal, também não atribuem de forma taxativa a competência para tal objeto.

Portanto, entendemos que não há reserva de competência ao Chefe do Executivo ou da Câmara Municipal para dar iniciativa ao projeto em questão.

Desta forma, pela legislação vigente, está demonstrada a competência concorrente para legislar. Razão que, entendemos que o Projeto de Lei está em consonância com a legislação pertinente à matéria.

Contudo, o art. 2º do projeto de lei deve seguir o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95/98.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D485-12E3-0596-C806

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JARY VITÓRIA ALVES (CPF 886.XXX.XXX-53) em 22/05/2024 17:09:47 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/D485-12E3-0596-C806>